

---

**Clipping n º 1249**

, 17 Janeiro 2014 - 10:55:36

**Veja os novos valores do seguro-desemprego depois do aumento do m ínimo** SÃO PAULO - Com aumento do sal ário m ínimo, passando de R\$ 678 para R\$ 724, houve mudan ça no valor do seguro-desemprego. Segundo o Minist ério do Trabalho e Emprego os novos valores est ão em vigor deste 11 de janeiro.O MTE explica que reajuste segue as recomenda ç ões da Resolu ç ão do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. A medida estabelece que a partir de 2013 os reajustes das faixas salariais acima do sal ário m ínimo observar á a varia ç ão do índice Nacional de Pre ços ao Consumidor INPC, calculado e divulgado pelo IBGE, acumulada nos doze meses anteriores ao m ês de reajuste. Com isso, o valor m áximo da parcela do benef ício alcan ça R\$ 1.304,63. Veja como a parcela do seguro-desemprego é calculado pela faixa de sal ário: Tabela para c álculo seguro-desemprego Faixas de sal ário m édioValor da parcela\*MTE At é R\$ 1.151,06 Multiplica-se o sal ário m édio 0.8 (80%) Entre 1.151,07 at é R\$ 1.918,62 O que exceder a R\$ 1.151,06 multiplica-se por 0,5 (50%) e soma-se a R\$ 920,85 Acima R\$ 1.918,62O valor da parcela ser á de R\$ 1.304,63

**IND ÚSTRIA GR ÁFICA DEFENDE AJUSTES FISCAIS PARA DOMAR A TAXA DE JUROS** Quinze v írgula oito pontos percentuais foi o tamanho do fosso que separou o desempenho da ind ústria gr áfica brasileira (-9,3%) dos resultados alcan çados pelo setor em outros pa íses emergentes (alta de 6,5%). Os dados s ão da United Nations Industrial Development Organization (Unido) e, embora refiram-se ao terceiro trimestre de 2013, ilustram uma tend ência que vem se mostrando constante desde 2011. Na avalia ç ão do vice-presidente nacional da Associa ç ão Brasileira da Ind ústria Gr áfica, Levi Ceregato, em um setor formado predominantemente por micro e pequenas empresas, respons áveis por 20% da produ ç ão brasileira, o custo-pa ís é o grande vil ão e, entre seus efeitos perversos, reduz a competitividade dos nossos produtos n ão s ó no mercado externo, mas tamb ém no dom éstico. Tanto que, apesar de o Brasil ser um importante produtor de papel, as importa ç ões no setor seguem em alta. A presumida alta de juros que o Banco Central deve aprovar nessa reuni ão de janeiro do Copom, ainda que necess ária para domar a infla ç ão, amea ça acentuar nossa diferen ça frente aos demais pa íses emergentes. É hora de o governo perseguir uma agenda de maior austeridade na pol ítica fiscal e de redu ç ão nos gastos p úblicos, que permita ajustes modestos nas taxas de juros , defende Ceregato. Fonte: Abigraf

**Contribuintes entre 1999 e 2013 t êm direito à revis ão de saldos do FGTS** Brasileiros que tiveram contrato formal de trabalho em regime CLT entre 1999 e 2013 e, conseqüentemente, contribu íram com o Fundo de Garantia por Tempo de Servi ço (FGTS), precisam ficar atentos. Em 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a Taxa Referencial (TR), respons ável at é ent ão pela corre ç ão monet ária de precat órios e do FGTS, como inconstitucional e ilegal."A decis ão ocorreu porque durante o per íodo vigente em que foi utilizada (1999 a 2013), a TR n ão acompanhou os demais índices de corre ç ão e esteve abaixo da infla ç ão, o poder de compra n ão foi recuperado e os trabalhadores receberam menos do que deveriam", explica o especialista em Direito Tribut ário da RCA Advogados, Robson Amador.Por causa da mudan ça, todas as pessoas que trabalharam nos últimos 14 anos, inclusive os aposentados, podem entrar com a ç ão judicial para pedir a corre ç ão do Fundo de Garantia por Tempo de

Serviço. A estimativa é que a diferença percentual entre o que o trabalhador de fato recebeu, e o que deveria ter recebido, varia de 60% a 80%, dependendo dos meses e dos anos trabalhados. A partir de agora, o índice escolhido para a correção monetária do FGTS será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). "Assim como outros índices, o INPC sempre acompanha o nível da inflação. Em termos de comparação, em um ano a TR acumula uma variação de 0,04%, enquanto o INPC registra uma alta de 6,67% durante o mesmo período", relaciona o especialista em Direito Tributário. Aposentados e contribuintes que já tenham sacado o Fundo de Garantia também têm direito à revisão. O pedido pode ser feito em até 30 anos. Para entrar com a ação, o trabalhador deve obter os extratos do FGTS de 1999 a 2013 junto à Caixa Econômica Federal, RG, CPF, comprovante de residência procurar um advogado especialista. "A partir dos extratos, haverá uma comparação entre o índice que foi aplicado e o índice que deveria ter sido utilizado. A partir daí será calculada a diferença", esclarece Robson Amador. **FGTS** O FGTS foi criado em 1966 por meio da Lei 5.107, para proteger o trabalhador demitido sem justa causa. Atualmente, é a Lei 8.036/1990 que regula o FGTS e faz menção à correção monetária. O Fundo de Garantia é uma conta aberta pelo empregador junto à Caixa Econômica Federal, para que seja depositado mensalmente 8% do salário, mais atualização monetária e juros. **Como surgiu a Taxa Referencial?** A Taxa Referencial é originária da Lei 8.177, que foi criada em 1991, no Plano Collor 2. A iniciativa fez com que os valores recolhidos do FGTS não refletissem os índices oficiais da inflação, o que causou prejuízo aos trabalhadores. (Fonte: Diário do Litoral)

**Defasagem na tabela do IR tira R\$ 35 bilhões dos contribuintes** Os brasileiros pagam cerca de R\$ 35 bilhões a mais por ano para a Receita Federal em razão da defasagem na tabela de alíquotas do Imposto de Renda. O cálculo é do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco). Essa perda para os contribuintes, que ajuda a engordar o caixa do governo, é provocada pelo descompasso entre a inflação e a atualização das faixas de contribuição. De um lado, nos últimos anos a renda do cidadão geralmente acompanhou a inflação, ou subiu um pouco acima dela. De outro, as faixas de isenção avançaram, nos últimos anos, em ritmo inferior ao do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), índice calculado pelo IBGE que reflete a inflação oficial e serve de baliza para as metas do Banco Central. Dessa forma, pessoas que antes eram isentas passaram a pagar imposto ou subiram nas faixas de tributação, tendo de arcar com alíquotas mais altas. Com isso, o governo garante mais arrecadação e o contribuinte sente uma mordida cada vez maior do Leão. O Sindifisco estima que a defasagem acumulada da tabela do IR tenha alcançado a marca de 60% entre 1996 e 2013. Essa defasagem vem punindo o trabalhador. Se por um lado o governo dá com uma mão, ele tira com a outra, diz Mario Pinho, secretário geral do Sindifisco. Os R\$ 35 bilhões representam 15% da arrecadação anual do IR. A correção do IR para o ano-calendário 2014 será de 4,5%, a mesma dos últimos sete anos. Ela é igual à meta de inflação do Banco Central, o que significa que, se a autoridade monetária estivesse cumprindo à risca seu objetivo, não haveria defasagem na tabela. Pelo reajuste deste ano, passa a pagar imposto quem receber a partir de R\$ 1.787,78 ao mês. **Perda acumulada** De acordo com o secretário geral do Sindifisco, a perda do contribuinte fica clara quando se compara as faixas de tributação entre 1996 e 2014. Em 1996 estava isento de IR quem recebia até 8,04 milhões. Em 2014, quem receber o equivalente a 2,48 milhões já terá de compartilhar com o Leão parte do seu rendimento. A tabela do IR ficou sem reajuste entre 1996 e 2001, registrou uma média de 3,35% de correção entre 2002 e 2006 e desde 2007 vem sendo corrigida em 4,5%, índice válido até 2014. Mas a partir de 2008 a inflação registrada tem sido maior do que esse índice, aprofundando a distorção. Em 2013, por exemplo, a inflação ficou em 5,91%. **Novos parâmetros** De acordo com Delmar Joel Eich, presidente do Sindifisco em Curitiba, a expectativa é sensibilizar o governo para mudar os parâmetros de correção a partir de 2015. Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados prevê um reajuste na tabela de 5% mais a variação do rendimento mensal até 2015. A partir dessa data, os 5% seriam eliminados. Dessa forma conseguiríamos zerar as perdas provocadas pela distorção na tabela, diz Pinho. Para compensar as eventuais perdas de arrecadação, o Sindifisco propõe que o governo passe a tributar os lucros e dividendos das empresas a partir de R\$ 60 mil. (Fonte: Gazeta do Povo) **Jorge Caetano Fermino**